São Paulo, 24 de agosto de 2023
SBPC-191/Dir.

Título: Moção de Repúdio: Contra a continuidade das Escolas Cívico-Militares por governadores.

Destinatários: Governadores e Assembleias Legislativas dos seguintes estados: Acre, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, Roraima, Ceará, Paraíba, Espírito Santo.

Texto: *"*A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) vem por meio desta manifestar seu repúdio à decisão de governadores aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro de manter o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, mesmo após a decisão do Governo Federal de encerrá-lo.

A decisão conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa em encerrar as escolas cívico-militares no Brasil representa uma conquista significativa para a educação nacional. O funcionamento dessas instituições apresenta problemas inerentes ao ambiente escolar, especialmente a incompatibilidade pedagógica entre o modelo militarizado e os princípios de uma educação democrática e inclusiva. O ambiente típico de uma escola militarizada é caracterizado por uma rígida hierarquia, disciplina militar e controle excessivo sobre os estudantes, fatores que podem inibir a liberdade de expressão, a autonomia dos alunos e o desenvolvimento de um pensamento crítico, essenciais para a formação cidadã plena dos indivíduos.

A educação democrática valoriza o respeito à diversidade, a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizado, a valorização dos professores como mediadores do conhecimento e a promoção de uma cultura de diálogo e debate saudável. No entanto, o modelo cívico-militar tende a enfatizar valores como a obediência estrita às regras e hierarquia, o que pode afastar-se dos princípios de uma educação mais aberta e plural.

Além disso, a presença ostensiva de militares na administração e gestão das escolas pode comprometer a formação de cidadãos críticos e participativos em uma sociedade democrática. Ao invés de estimular o pensamento autônomo e questionador, a influência militar pode fortalecer uma cultura de obediência cega e conformismo. Outra preocupação é que a militarização das escolas pode desviar o foco da educação do seu propósito principal, que é promover o desenvolvimento integral dos estudantes e prepará-los para enfrentar os desafios da vida em sociedade. Dessa forma, os recursos e esforços poderiam ser direcionados para outras iniciativas educacionais mais alinhadas com os objetivos educacionais do país.

Esse modelo é incompatível com uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno dos estudantes, podendo comprometer o avanço da educação no Brasil.

É crucial destacar que a execução orçamentária do programa enfrentou problemas e os recursos alocados para essas escolas poderiam ser direcionados para áreas educacionais mais urgentes, como a valorização dos professores, o investimento em

infraestrutura, a promoção da pesquisa e da inovação no ensino, entre outros aspectos que fortaleceriam a qualidade da educação no país.

Além das questões estruturais, é com grande preocupação que observamos denúncias veiculadas na imprensa de abusos ocorridos em escolas cívico-militares. Relatos de revistas íntimas humilhantes e constrangedoras, alunos encaminhados para a delegacia, censuras e denúncias de assédio por parte de militares. São relatos inaceitáveis e contrários aos princípios de respeito e dignidade que devem prevalecer em ambientes educacionais.

Diante dessas razões, reiteramos nosso repúdio à manutenção do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em alguns estados brasileiros. O encerramento desse programa é uma decisão acertada, que permitirá a implementação de estratégias mais adequadas para fortalecer a política educacional do País, pautadas na inclusão, na liberdade de ensino e na proteção dos direitos dos estudantes, bem como na promoção de um ambiente educacional seguro e respeitoso para todos.

Brasília, 27 de julho de 2023.”